



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022

REGISTRO DE PREÇOS

MENOR PREÇO POR ITEM

Modo de disputa: aberto

**LICITAÇÃO COM COTA DE 25%*
RESERVADA PARA ÀS BENEFICIÁRIAS DA
LEI COMPLEMENTAR Nº123/2006**

**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS***

O Município de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item, **nos termos do Inciso I do Artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 3.983/2008, art. 17, I**, conforme especificações detalhadas encontram-se no **item 01- Do Objeto**.

A licitação será regida pelas cláusulas e condições do presente edital e nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024/2019 e do Decreto Municipal nº 18.312 de 07 de janeiro de 2020, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e demais normas legais pertinentes.

DATA DA SESSÃO: 04/04/2022

HORÁRIO: 09 horas

LOCAL: PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS – www.portaldecompraspublicas.com.br

Obs.: Todas as referências de tempo observam o horário de Brasília e, desta forma, serão registrados no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1 – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços de material elétrico para manutenção do sistema de iluminação pública, bem como materiais permanentes/equipamentos elétricos para utilização do Município – I, conforme especificações detalhadas no **item 01 - Do Objeto**, termo de referência e processo de compras n.º 34941/2022.

1.2. Os quantitativos do item 51, da relação abaixo, está dividido em ampla concorrência, no percentual de 75% (setenta e cinco por cento), e em cota reservada, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento), para participação exclusiva das ME's, EPP's e MEI's, que atendam as exigências deste edital, sem prejuízo de participação na cota ampla concorrência, em atendimento à Lei nº 123/06, com as alterações introduzidas pela Lei nº 147/2014.

1.3. Os demais itens são destinados exclusivamente às **MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**.

1.4. As descrições e quantidades são as seguintes:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

Item	Un	Quant.	Descrição/Objeto	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor TOTAL (R\$)	Critério de Participação
01	UN	1.355	ABRAÇADEIRA GALVANIZADA TIPO D PARA ELETRODUTO 3/4	0,85	1.151,75	EXCLUSIVO
02	UN	1.005	ARRUELA QUADRADA GALVANIZADA DE 38X38MM - ESPESSURA 3MM - ORARRUELA QUADRADA GALVANIZADA DE 38X38MM - ESPESSURA 3MM - ORIFICIO CENTRAL 14MM	3,50	3.517,50	EXCLUSIVO
03	UN	1.005	ARRUELA QUADRADA GALVANIZADA DE 50X50MM - ESPESSURA 3MM - ORARRUELA QUADRADA GALVANIZADA DE 50X50MM - ESPESSURA 3MM - ORIFICIO CENTRAL 18MM	0,90	904,50	EXCLUSIVO
04	UN	1.650	BASE P/RELÉ FOTO ELÉTRICO, MODELO FECHADO, GIRATÓRIO.BASE P/RELÉ FOTO ELÉTRICO, MODELO FECHADO, GIRATÓRIO, COM PORCA DE FECHAMENTO E COPO EM PVC, HASTE DE FIXAÇÃO EM AÇO GALVANIZADO A FOGO, PADRÃO ABNT.	6,57	10.840,50	EXCLUSIVO
05	UN	500	BRAÇO CISNE P/ ILUMINAÇÃO PÚBLICA 1,5MBRAÇO CISNE P/ ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE 1,5M, CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO SAE 1010/1020 ESPESSURA DE 3,0MM PARA ENCAIXE DE LUMINÁRIA DE 25,4MM. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM NORMAS ABNT/NBR.	31,00	15.500,00	EXCLUSIVO
06	UN	310	BRAÇO RETO DE 1M CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO SAE 1010/1020BRAÇO RETO DE 1M CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO SAE 1010/1020 ESPESSURA DE 3,0MM PARA ENCAIXE DE LUMINÁRIA DE 25,4MM. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM NORMAS ABNT/NBR	32,40	10.044,00	EXCLUSIVO
07	M	700	CABO 1KV 7 PERNAS 4 X 10MM.	5,57	3.899,00	EXCLUSIVO
08	M	800	CABO 7 PERNAS 4X16MM ²	5,30	4.240,00	EXCLUSIVO
09	M	700	CABO 7 PERNAS 4X25MM ²	17,70	12.390,00	EXCLUSIVO
10	M	2.900	CABO FEXÍVEL 10MM VERMELHO	7,79	22.591,00	EXCLUSIVO
11	M	2.900	CABO FLEXÍVEL 10MM, AZUL	8,10	23.490,00	EXCLUSIVO
12	M	3.100	CABO FLEXÍVEL 10MM ² PRETO	7,90	24.490,00	EXCLUSIVO
13	M	2.500	CABO FLEXÍVEL 16MM ² PRETO	10,57	26.425,00	EXCLUSIVO
14	M	2.850	CABO FLEXÍVEL VERDE (TERRA) 10MM ²	9,50	27.075,00	EXCLUSIVO
15	M	2.500	CABO FLEXÍVEL VERDE (TERRA) 16MM ²	7,78	19.450,00	EXCLUSIVO
16	M	1.500	CABO MULTIFLEX TRIFÁSICO 3 X 10MM.	7,60	11.400,00	EXCLUSIVO
17	M	1.500	CABO MULTIPLEX 4X16MM	9,79	14.685,00	EXCLUSIVO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

18	M	2.100	CABO PP 2 X 1,5 MM	2,70	5.670,00	EXCLUSIVO
19	M	1.600	CABO PP 2 X 6MM	10,30	16.480,00	EXCLUSIVO
20	M	2.300	CABO PP 2 X 2,5MMCABO PP 2 X 2,5MM	5,00	11.500,00	EXCLUSIVO
21	M	900	CABO PP 7 X 1,5MM ²	14,00	12.600,00	EXCLUSIVO
22	M	1.400	CABO PP 3X6MM	7,80	10.920,00	EXCLUSIVO
23	M	900	CABO PP 4 X 1,5 MM.	3,00	2.700,00	EXCLUSIVO
24	M	1.400	CABO PP 4 X 10MM 1 KW	9,40	13.160,00	EXCLUSIVO
25	M	1.000	CABO PP 4 X 25MM.	41,10	41.100,00	EXCLUSIVO
26	M	1.250	CABO PP 4 X 6MM.	18,00	22.500,00	EXCLUSIVO
27	M	1.300	CABO PP 4X10MM	3,42	4.446,00	EXCLUSIVO
28	M	1.200	CABO PP 4X16M	9,30	11.160,00	EXCLUSIVO
29	UN	265	CAIXA DE CD P/ 12 DISJUNTORES	14,40	3.816,00	EXCLUSIVO
30	UN	242	CAIXA DE INSPEÇÃO P/ ATERRAMENTO EM PVC	14,30	3.460,60	EXCLUSIVO
31	UN	500	CINTA (ABRAÇADEIRA), PARA POSTE CIRCULAR, CONFECCIONADA EM ACINTA (ABRAÇADEIRA), PARA POSTE CIRCULAR, CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO 1010/1020, MEDINDO 270MM X 3,5MM, COM PARAFUSO CABEÇA ABAULADA M - 16X2X70MM	41,00	20.500,00	EXCLUSIVO
32	UN	150	CONDUTOR RIGIDO 4MM ² , COR AZUL	3,80	570,00	EXCLUSIVO
33	UN	336	CONECTOR DO BASTAO TERRA	2,47	829,92	EXCLUSIVO
34	UN	2.170	CONECTOR PARALELO UNIVERSAL DE 01 PARAFUSO, PADRÃO CEEE.CONECTOR PARALELO UNIVERSAL DE 01 PARAFUSO, PADRÃO CEEE, COM PARAFUSO E PORCA EM AÇO GALVANIZADO A FOGO, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL SELADA COM COMPOSTO ANTI-ÓXIDO.	2,60	5.642,00	EXCLUSIVO
35	UN	2.190	CONECTOR PERFURANTE ISOLADO, PRINCIPAL 10 - 70MM ² .CONECTOR PERFURANTE ISOLADO, PRINCIPAL 10 - 70MM ² , DERIVAÇÃO 1,5 - 10MM ² , TORQUE 8N.M. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM NORMAS ABNT.	5,00	10.950,00	EXCLUSIVO
36	UN	800	DISJUNTOR D/N MONOFÁSICO 20A.	6,75	5.400,00	EXCLUSIVO
37	UN	805	DISJUNTOR D/N MONOFÁSICO 25A.	7,40	5.957,00	EXCLUSIVO
38	UN	785	DISJUNTOR D/N MONOFÁSICO 30A	8,30	6.515,50	EXCLUSIVO
39	UN	785	DISJUNTOR D/N MONOFÁSICO 40A	8,90	6.986,50	EXCLUSIVO
40	UN	780	DISJUNTOR MONOFÁSICO 20AMPERES	6,70	5.226,00	EXCLUSIVO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

41	UN	780	DISJUNTOR MONOFÁSICO 25 AMPERES	64,00	49.920,00	EXCLUSIVO
42	UN	780	DISJUNTOR MONOFÁSICO 30 AMPERES	40,80	31.824,00	EXCLUSIVO
43	UN	780	DISJUNTOR MONOFÁSICO 40AMPERES.	42,00	32.760,00	EXCLUSIVO
44	UN	757	DISJUNTOR MONOFÁSICO 50 AMPERES.	10,20	7.721,40	EXCLUSIVO
45	UN	750	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 10A.	7,59	5.692,50	EXCLUSIVO
46	UN	750	DISJUNTOR MONOPOLAR 15 A.	8,90	6.675,00	EXCLUSIVO
47	UN	621	DISJUNTOR TRIFÁSICO 100 AMPERES	109,00	67.689,00	EXCLUSIVO
48	UN	746	DISJUNTOR TRIFÁSICO 40 A	42,00	31.332,00	EXCLUSIVO
49	UN	756	DISJUNTOR TRIFÁSICO 70 A	64,00	48.384,00	EXCLUSIVO
50	UN	1.470	ELETRODUTO PVC 3/4	8,60	12.642,00	EXCLUSIVO
51	UN	5.311	RELÉ FOTOELÉTRICO TIPO ELETROMAGNÉTICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RELÉ FOTOELÉTRICO TIPO ELETROMAGNÉTICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE CORRENTE ALTERNADA, SEM PLACA DE CIRCUITOS ELETRÔNICOS, 1000W-220V-60HZ-1800VA CONSTITUÍDO DE CORPO E BASE EM POLIPROPILENO ESTABILIZADO CONTRA RAIOS UV. FOTORESISTOR ENCAPSULADO EM RESINA.VISOR DE ACRÍLICO COM ÁREA DE CAPTAÇÃO SOLAR DE 872MM2. CONTATOS ELÉTRICOS EM LATÃO ESTANHADO DE ACORDO COM A NBR 5123. DEVERÁ POSSUIR SUPRESSOR DE TRANSIENTES COM ELEMENTO ATENUADOR DE CORRENTE SUBSEQUENTE PARA PROTEÇÃO DE CARGA E REDE ELÉTRICA DE 3KA/6KV ATRAVÉS DE VARISTOR DE DISCO. OS CONTATOS INTERNOS DO TIPO MÓVEL E FIXO DEVEM TER CARACTERÍSTICAS DE AMORTECIMENTO E CONJUNTO BOBINA, MARTELO E NÚCLEO FERROMAGNÉTICO POSSUIR IMPEDÂNCIA DE 6,5K. O RELÉ FOTOELÉTRICO DEVERÁ LIGAR UMA CARGA DE 1800VA NOS NÍVEIS DE ILUMINÂNCIA ENTRE 3 E 20 LUX E DESLIGA-LA NO MÁXIMO 80LUX. DEVERÁ POSSUIR DISPOSITIVO MECÂNICO DE CALIBRAÇÃO DE AJUSTE LIGA/DESLIGA. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO -5°C A 50°C, RIGIDEZ DIELÉTRICA 2500V E GRAU DE PROTEÇÃO MÍNIMO IP-55. A TAMPA DEVERÁ SER OPACA, COM VISOR E FIXADA AO CORPO POR MEIO DE 03 PARAFUSOS, ATENDENDO AS NORMAS NBR-5123/2016 E NBR 5169, BEM COMO PERMITIR SEU EVENTUAL RECONDICIONAMENTO FORA DE FÁBRICA. CONTATOS FIXADOS AO CORPO ATRAVÉS DE REBITES. COR VINHO, CONFORME NORMA NBR-5123/2016.	34,40	182.698,40	AMPLA CONCORRÊNCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

51a	UN	1.769	RELÉ FOTOELÉTRICO TIPO ELETROMAGNÉTICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RELÉ FOTOELÉTRICO TIPO ELETROMAGNÉTICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE CORRENTE ALTERNADA, SEM PLACA DE CIRCUITOS ELETRÔNICOS, 1000W-220V-60HZ-1800VA CONSTITUÍDO DE CORPO E BASE EM POLIPROPILENO ESTABILIZADO CONTRA RAIOS UV. FOTORESISTOR ENCAPSULADO EM RESINA. VISOR DE ACRÍLICO COM ÁREA DE CAPTAÇÃO SOLAR DE 872MM ² . CONTATOS ELÉTRICOS EM LATÃO ESTANHADO DE ACORDO COM A NBR 5123. DEVERÁ POSSUIR SUPRESSOR DE TRANSIENTES COM ELEMENTO ATENUADOR DE CORRENTE SUBSEQUENTE PARA PROTEÇÃO DE CARGA E REDE ELÉTRICA DE 3KA/6KV ATRAVÉS DE VARISTOR DE DISCO. OS CONTATOS INTERNOS DO TIPO MÓVEL E FIXO DEVEM TER CARACTERÍSTICAS DE AMORTECIMENTO E CONJUNTO BOBINA, MARTELO E NÚCLEO FERROMAGNÉTICO POSSUIR IMPEDÂNCIA DE 6,5K. O RELÉ FOTOELÉTRICO DEVERÁ LIGAR UMA CARGA DE 1800VA NOS NÍVEIS DE ILUMINÂNCIA ENTRE 3 E 20 LUX E DESLIGA-LA NO MÁXIMO 80LUX. DEVERÁ POSSUIR DISPOSITIVO MECÂNICO DE CALIBRAÇÃO DE AJUSTE LIGA/DESLIGA. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO -5°C A 50°C, RIGIDEZ DIELÉTRICA 2500V E GRAU DE PROTEÇÃO MÍNIMO IP-55. A TAMPA DEVERÁ SER OPACA, COM VISOR E FIXADA AO CORPO POR MEIO DE 03 PARAFUSOS, ATENDENDO AS NORMAS NBR-5123/2016 E NBR 5169, BEM COMO PERMITIR SEU EVENTUAL RECONDICIONAMENTO FORA DE FÁBRICA. CONTATOS FIXADOS AO CORPO ATRAVÉS DE REBITES. COR VINHO, CONFORME NORMA NBR-5123/2016.	34,40	60.853,60	EXCLUSIVO
52	UN	2.000	BUCHA NYLON 8MM	0,20	400,00	EXCLUSIVO
53	UN	2.100	PARAFUSO PHILLIPS P/BUCHA 8MM	0,75	1.575,00	EXCLUSIVO
54	UN	900	CURVA ELETRODUTO PVC 3/4 TOP	4,90	4.410,00	EXCLUSIVO
55	UN	500	LUVA ELETRODUTO PVC TOP 3/4	1,80	900,00	EXCLUSIVO
56	UN	600	CANO ELETRODUTO PVC TOP 3/4 VARA DE 3 METROS	3,60	2.160,00	EXCLUSIVO
57	UN	900	ABRAÇADEIRA PVC TOP 3/4	1,00	900,00	EXCLUSIVO
58	UN	200	CANO ELETRODUTO PVC TOP 3/4 VARA DE 3 METROS	3,60	720,00	EXCLUSIVO
Valor total R\$						1.009.439,67



2 – CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.1.1. Poderão participar desta licitação as empresas que atenderam todas as exigências constantes neste edital.

2.2. Na cota destinada à ampla concorrência poderão participar todas e quaisquer empresas, inclusive as beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006.

2.3. Na cota reservada e licitação exclusiva, poderão participar apenas Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP ou Microempreendedores Individuais – MEI.

2.4. Consideram-se ME, EPP e MEI aptas à participação no presente certamente aquelas que preenchem os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e que não se enquadrem em nenhum das situações descritas no Parágrafo Quarto do referido artigo 3º.

2.5. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.5.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.5.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.5.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.5.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

2.5.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3 – ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema:

3.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação.

3.2.2. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006, como condição para aplicação do disposto nos itens deste edital.

3.3. A falsidade de declaração sujeitará o licitante às sanções legais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

3.4. Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pela pregoeira, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 02 (duas) horas.

4 – PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do anexo I – Modelo de Proposta Comercial, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca, referências e demais dados técnicos (conforme o caso), bem como a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

4.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com o timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo se sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

5 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 3 deste edital.

5.1.1. Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002;

5.1.2. Documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.3. Documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA:**

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

c) prova de Regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

f) certificado de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS;

g) prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.1.4. Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento;

6 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, a pregoeira abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

6.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.3. A comunicação entre a pregoeira e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

6.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis no sistema.

7 – DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

7.2. Serão desclassificadas as propostas que:

a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;

b) forem omissas em pontos essenciais;

c) contiverem opções de preços ou marcas alternativas ou que apresentarem preços manifestamente inexecutáveis.

7.3. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.4. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e a pregoeira dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.5. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

7.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

7.6.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

7.6.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.6.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8 – DO MODO DE DISPUTA

8.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 7.

8.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, a pregoeira poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

8.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico – PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS – www.portaldecompraspublicas.com.br

9 – DA NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

9.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive nova planilha de custos adequada ao último lance ofertado, ou ao valor negociado, conforme o caso, e demais que sejam solicitados pela pregoeira, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste edital.

9.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

9.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.



10 – DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos de habilitação, de que trata o item 5.1, enviados nos termos do item 3.1, serão examinados pela pregoeira, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

10.2. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.2 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

10.4. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

10.3. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

11 – DO RECURSO

11.1. Declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, os licitantes poderão manifestar justificadamente a intenção de interposição de recurso, em campo próprio do sistema, sob pena de decadência do direito de recurso.

11.2. Havendo a manifestação do interesse em recorrer, será concedido o prazo de 3 (três) dias consecutivos para a interposição das razões do recurso, também via sistema, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

11.3. Interposto o recurso, a pregoeira poderá motivadamente reconsiderar ou manter a sua decisão, sendo que neste caso deverá remeter o recurso para o julgamento da autoridade competente.

11.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

12.2. Na ausência de recurso, caberá à pregoeira adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

13 – DO REGISTRO DE PREÇO

13.1. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para, no prazo de 10 (dez) dias, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

13.2 Para a assinatura do contrato ou ata de registro de preço, no mesmo prazo do item 13.1, deverão ser comprovadas as condições de habilitação consignadas no edital, mediante a apresentação dos documentos originais ou cópias autenticadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

13.3. Os documentos apresentados deverão ser entregues em original ou por qualquer processo de cópia legível e autenticada por cartório competente ou ainda por servidor da administração.

13.3.1. Em caso de autenticação digital, deverá constar o código de autenticação para verificação.

13.4. Os documentos apresentados com assinatura digital, deveram ser acompanhadas do código de verificação, para a análise da integridade e autenticidade da assinatura.

13.4.1. Quanto a validade: se a assinatura digital contiver o carimbo de tempo, o qual atesta hora e data da autenticação, ela é vitalícia. Entretanto, caso o documento não tenha esse carimbo, a vigência da assinatura durará até o vencimento do certificado digital do signatário.

13.5. As certidões referidas nos itens 5.1.3 e 5.1.4, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

13.6. O prazo de que trata o item 13.1 poderá ser prorrogado uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

13.7. Na hipótese de o vencedor da licitação se recusar a assinar o contrato ou ata de registro de preço, outro licitante será convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou ata de registro de preço, sem prejuízo da aplicação das sanções.

13.8. A não apresentação dos originais ou cópias autenticadas dos documentos de habilitação, no prazo do item 13.1, será equiparada a uma recusa injustificada à contratação.

14 – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A vigência da ata de registro de preço será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

15 – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da nota fiscal/fatura, correndo a despesa na seguinte dotação orçamentária:

4.4.90.52.39.00.00.00.00

3.3.90.30.26.00.00.00.00

15.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de liberação do documento fiscal para pagamento.

15.3. O pagamento será efetuado no prazo de máximo de 45 (quarenta e cinco) dias da execução do serviço.

15.4. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

16 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1. O prazo de entrega é de no máximo 10 (dez) dias úteis, após o recebimento da ordem de compra.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

16.2. Os materiais deverão ser entregues no Departamento de Material e Patrimônio, sito na Rua João José de Oliveira Freitas, nº 479, Vila Cabeleira, São Borja/RS, CEP. 97.670-000 no horário das 07h às 13h, em dias úteis.

16.3. O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

16.4. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

16.5. No ato da entrega, quanto o produto não corresponder ao exigido, será devolvido a qualquer tempo com notificação do problema e deverá substituir o produto, sem qualquer ônus para a contratante.

17 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão eletrônico ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de atender aos requisitos de habilitação: multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) deixar de apresentar os originais ou cópias autenticadas da documentação de habilitação para fins de assinatura do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

d) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

e) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 5% sobre o valor atualizado do contrato;

f) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

17.2. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada.

17.3. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

18 – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

18.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados à pregoeira, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, preferencialmente, via sistema, ou ainda, de forma presencial, protocolado na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos, ou por meio do seguinte endereço eletrônico: licita@saoborja.rs.gov.br

18.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no sistema e no sítio eletrônico da Administração (www.saoborja.rs.gov.br).



19 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

19.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela pregoeira.

19.3. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993).

19.4. Fica eleito o Foro da Comarca de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

São Borja-RS, 08 de março de 2022.

João Pedro Lopes Daitx
Secretário Municipal de Planejamento Orçamentos e Projetos
Decreto nº 17.444/2017

ANEXO I**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇO				EDITAL 08/2022/PE/SMPOP/DCL			
PROPONENTE:		CNPJ:		BANCO;			
ENDEREÇO:				AGÊNCIA:			
CIDADE:		TELEFONE:		EMAIL:		C/C:	
Itens	Un	Quant.	Objeto/Especificações	Critério de Participação	Marca	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
01	UN	1.355	ABRAÇADEIRA GALVANIZADA TIPO D PARA ELETRODUTO 3/4				
02	UN	1.005	ARRUELA QUADRADA GALVANIZADA DE 38X38MM - ESPESSURA 3MM - ORARRUELA QUADRADA GALVANIZADA DE 38X38MM - ESPESSURA 3MM - ORIFICIO CENTRAL 14MM				
03	UN	1.005	ARRUELA QUADRADA GALVANIZADA DE 50X50MM - ESPESSURA 3MM - ORARRUELA QUADRADA GALVANIZADA DE 50X50MM - ESPESSURA 3MM - ORIFICIO CENTRAL 18MM				
04	UN	1.650	BASE P/RELÉ FOTO ELÉTRICO, MODELO FECHADO, GIRATÓRIO.BASE P/RELÉ FOTO ELÉTRICO, MODELO FECHADO, GIRATÓRIO, COM PORCA DE FECHAMENTO E COPO EM PVC, HASTE DE FIXAÇÃO EM AÇO GALVANIZADO A FOGO, PADRÃO ABNT.				
05	UN	500	BRAÇO CISNE P/ ILUMINAÇÃO PÚBLICA 1,5MBRAÇO CISNE P/ ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE 1,5M, CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO SAE 1010/1020 ESPESSURA DE 3,0MM PARA ENCAIXE DE LUMINÁRIA DE 25,4MM. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM NORMAS ABNT/NBR.				
06	UN	310	BRAÇO RETO DE 1M CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO SAE 1010/1020BRAÇO RETO DE 1M CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO SAE 1010/1020 ESPESSURA DE 3,0MM PARA ENCAIXE DE LUMINÁRIA DE 25,4MM. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM NORMAS ABNT/NBR				
07	M	700	CABO 1KV 7 PERNAS 4 X 10MM.				

08	M	800	CABO 7 PERNAS 4X16MM²				
09	M	700	CABO 7 PERNAS 4X25MM²				
10	M	2.900	CABO FLEXÍVEL 10MM VERMELHO				
11	M	2.900	CABO FLEXÍVEL 10MM, AZUL				
12	M	3.100	CABO FLEXÍVEL 10MM² PRETO				
13	M	2.500	CABO FLEXÍVEL 16MM² PRETO				
14	M	2.850	CABO FLEXÍVEL VERDE (TERRA) 10MM²				
15	M	2.500	CABO FLEXÍVEL VERDE (TERRA) 16MM²				
16	M	1.500	CABO MULTIFLEX TRIFÁSICO 3 X 10MM.				
17	M	1.500	CABO MULTIPLEX 4X16MM				
18	M	2.100	CABO PP 2 X 1,5 MM				
19	M	1.600	CABO PP 2 X 6MM				
20	M	2.300	CABO PP 2 X 2,5MM CABO PP 2 X 2,5MM				
21	M	900	CABO PP 7 X 1,5MM²				
22	M	1.400	CABO PP 3X6MM				
23	M	900	CABO PP 4 X 1,5 MM.				
24	M	1.400	CABO PP 4 X 10MM 1 KW				
25	M	1.000	CABO PP 4 X 25MM.				
26	M	1.250	CABO PP 4 X 6MM.				
27	M	1.300	CABO PP 4X10MM				
28	M	1.200	CABO PP 4X16M				
29	UN	265	CAIXA DE CD P/ 12 DISJUNTORES				
30	UN	242	CAIXA DE INSPEÇÃO P/ ATERRAMENTO EM PVC				
31	UN	500	CINTA (ABRAÇADEIRA), PARA POSTE CIRCULAR, CONFECCIONADA EM ACINTA (ABRAÇADEIRA), PARA POSTE CIRCULAR, CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO 1010/1020, MEDINDO 270MM X 3,5MM, COM PARAFUSO CABEÇA ABAULADA M - 16X2X70MM				

32	UN	150	CONDUTOR RIGIDO 4MM2, COR AZUL				
33	UN	336	CONECTOR DO BASTAO TERRA				
34	UN	2.170	CONECTOR PARALELO UNIVERSAL DE 01 PARAFUSO, PADRÃO CEEE.CONECTOR PARALELO UNIVERSAL DE 01 PARAFUSO, PADRÃO CEEE, COM PARAFUSO E PORCA EM AÇO GALVANIZADO A FOGO, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL SELADA COM COMPOSTO ANTI-ÓXIDO.				
35	UN	2.190	CONECTOR PERFURANTE ISOLADO, PRINCIPAL 10 - 70MM ² .CONECTOR PERFURANTE ISOLADO, PRINCIPAL 10 - 70MM ² , DERIVAÇÃO 1,5 - 10MM ² , TORQUE 8N.M. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM NORMAS ABNT.				
36	UN	800	DISJUNTOR D/N MONOFÁSICO 20A.				
37	UN	805	DISJUNTOR D/N MONOFÁSICO 25A.				
38	UN	785	DISJUNTOR D/N MONOFÁSICO 30A				
39	UN	785	DISJUNTOR D/N MONOFÁSICO 40A				
40	UN	780	DISJUNTOR MONOFÁSICO 20AMPERES				
41	UN	780	DISJUNTOR MONOFÁSICO 25 AMPERES				
42	UN	780	DISJUNTOR MONOFÁSICO 30 AMPERES				
43	UN	780	DISJUNTOR MONOFÁSICO 40AMPERES.				
44	UN	757	DISJUNTOR MONOFÁSICO 50 AMPERES.				
45	UN	750	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 10A.				
46	UN	750	DISJUNTOR MONOPOLAR 15 A.				
47	UN	621	DISJUNTOR TRIFÁSICO 100 AMPERES				
48	UN	746	DISJUNTOR TRIFÁSICO 40 A				
49	UN	756	DISJUNTOR TRIFÁSICO 70 A				
50	UN	1.470	ELETRODUTO PVC 3/4				
51	UN	5.311	RELÉ FOTOELÉTRICO TIPO ELETROMAGNÉTICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RELÉ FOTOELÉTRICO TIPO ELETROMAGNÉTICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE				

			<p>CORRENTE ALTERNADA, SEM PLACA DE CIRCUITOS ELETRÔNICOS, 1000W-220V-60HZ-1800VA CONSTITUÍDO DE CORPO E BASE EM POLIPROPILENO ESTABILIZADO CONTRA RAIOS UV. FOTORESISTOR ENCAPSULADO EM RESINA. VISOR DE ACRÍLICO COM ÁREA DE CAPTAÇÃO SOLAR DE 872MM2. CONTATOS ELÉTRICOS EM LATÃO ESTANHADO DE ACORDO COM A NBR 5123. DEVERÁ POSSUIR SUPRESSOR DE TRANSIENTES COM ELEMENTO ATENUADOR DE CORRENTE SUBSEQUENTE PARA PROTEÇÃO DE CARGA E REDE ELÉTRICA DE 3KA/6KV ATRAVÉS DE VARISTOR DE DISCO. OS CONTATOS INTERNOS DO TIPO MÓVEL E FIXO DEVEM TER CARACTERÍSTICAS DE AMORTECIMENTO E CONJUNTO BOBINA, MARTELO E NÚCLEO FERROMAGNÉTICO POSSUIR IMPEDÂNCIA DE 6,5K. O RELÉ FOTOELÉTRICO DEVERÁ LIGAR UMA CARGA DE 1800VA NOS NÍVEIS DE ILUMINÂNCIA ENTRE 3 E 20 LUX E DESLIGA-LA NO MÁXIMO 80LUX. DEVERÁ POSSUIR DISPOSITIVO MECÂNICO DE CALIBRAÇÃO DE AJUSTE LIGA/DESLIGA. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO -5°C A 50°C, RIGIDEZ DIELÉTRICA 2500V E GRAU DE PROTEÇÃO MÍNIMO IP-55. A TAMPA DEVERÁ SER OPACA, COM VISOR E FIXADA AO CORPO POR MEIO DE 03 PARAFUSOS, ATENDENDO AS NORMAS NBR-5123/2016 E NBR 5169, BEM COMO PERMITIR SEU EVENTUAL RECONDICIONAMENTO FORA DE FÁBRICA. CONTATOS FIXADOS AO CORPO ATRAVÉS DE REBITES. COR VINHO, CONFORME NORMA NBR-5123/2016.</p>				
51a	UN	1.769	<p>RELÉ FOTOELÉTRICO TIPO ELETROMAGNÉTICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RELÉ FOTOELÉTRICO TIPO ELETROMAGNÉTICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE CORRENTE ALTERNADA, SEM PLACA DE CIRCUITOS ELETRÔNICOS, 1000W-220V-60HZ-1800VA CONSTITUÍDO DE CORPO E BASE EM POLIPROPILENO ESTABILIZADO CONTRA RAIOS UV. FOTORESISTOR ENCAPSULADO EM RESINA. VISOR DE ACRÍLICO COM ÁREA DE CAPTAÇÃO SOLAR DE 872MM2. CONTATOS ELÉTRICOS EM LATÃO ESTANHADO DE ACORDO COM A NBR 5123. DEVERÁ POSSUIR SUPRESSOR DE TRANSIENTES COM ELEMENTO ATENUADOR DE CORRENTE SUBSEQUENTE PARA PROTEÇÃO DE CARGA E REDE ELÉTRICA DE 3KA/6KV ATRAVÉS DE VARISTOR DE DISCO. OS CONTATOS INTERNOS DO TIPO MÓVEL E FIXO DEVEM TER CARACTERÍSTICAS DE AMORTECIMENTO E CONJUNTO</p>				

			BOBINA, MARTELO E NÚCLEO FERROMAGNÉTICO POSSUIR IMPEDÂNCIA DE 6,5K. O RELÉ FOTOELÉTRICO DEVERÁ LIGAR UMA CARGA DE 1800VA NOS NÍVEIS DE ILUMINÂNCIA ENTRE 3 E 20 LUX E DESLIGA-LA NO MÁXIMO 80LUX. DEVERÁ POSSUIR DISPOSITIVO MECÂNICO DE CALIBRAÇÃO DE AJUSTE LIGA/DESLIGA. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO -5°C A 50°C, RIGIDEZ DIELÉTRICA 2500V E GRAU DE PROTEÇÃO MÍNIMO IP-55. A TAMPA DEVERÁ SER OPACA, COM VISOR E FIXADA AO CORPO POR MEIO DE 03 PARAFUSOS, ATENDENDO AS NORMAS NBR-5123/2016 E NBR 5169, BEM COMO PERMITIR SEU EVENTUAL RECONDICIONAMENTO FORA DE FÁBRICA. CONTATOS FIXADOS AO CORPO ATRAVÉS DE REBITES. COR VINHO, CONFORME NORMA NBR-5123/2016.				
52	UN	2.000	BUCHA NYLON 8MM				
53	UN	2.100	PARAFUSO PHILLIPS P/BUCHA 8MM				
54	UN	900	CURVA ELETRODUTO PVC 3/4 TOP				
55	UN	500	LUVA ELETRODUTO PVC TOP 3/4				
56	UN	600	CANO ELETRODUTO PVC TOP 3/4VARA DE 3 METROS				
57	UN	900	ABRAÇADEIRA PVC TOP 3/4				
58	UN	200	CANO ELETRODUTO PVC TOP 3/4VARA DE 3 METROS				

O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega da mesma, sendo desconsiderada qualquer informação ao contrário.

_____, _____, _____ de 2022

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



4.7. A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos - SMPOP, poderá promover ampla pesquisa no mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os nele praticados, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

CLÁUSULA QUINTA – Das Condições de Pagamento

5.1. Cumpridas as obrigações contratuais dispostas neste instrumento e no edital do Pregão, o pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após a data da solicitação pela secretaria requisitante.

5.2. A presente despesa será suportada pela(s) seguinte(s) rubrica(s), cujo elemento é:
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

5.3. O CNPJ/MF constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

5.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à CONTRATADA pela CONTRATANTE, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA SEXTA – Da Entrega

6.1. Prazo de entrega de no máximo XXX (XXXXX) dias, após a ordem de fornecimento, a entrega será de forma parcial e deverá ser realizada no Departamento de Material e Patrimônio desta prefeitura, localizado na Rua João José de Oliveira Freitas, 479, Vila Cabeleira, São Borja/RS, CEP. 97.670-000.

6.2. Por ocasião da execução, caso seja detectado que o objeto não atende às especificações licitadas e proposta, poderá o CONTRATANTE rejeitá-lo, obrigando-se a CONTRATADA a providenciar a substituição do bem não aceito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, garantindo-se ao CONTRATANTE as faculdades previstas no Código de Defesa do Consumidor.

6.3. É vedada à CONTRATADA condicionar uma quantidade mínima de pedidos para providenciar a execução do objeto contratado.

6.4. A CONTRATADA deverá enviar o objeto contratado, solicitado pelo CONTRATANTE de forma imediata, independente da quantidade solicitada sob pena de incorrer as penalidades previstas na Cláusula Oitava.

6.5. No ato da entrega, quanto o produto não corresponder ao exigido, será devolvido a qualquer tempo com notificação do problema e deverá substituir o produto, sem qualquer ônus para a contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA - Do Cancelamento Da Ata De Registro De Preços

7.1. O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:

a) quando a CONTRATADA não cumprir as obrigações constantes dessa Ata de Registro de Preços;
b) quando a CONTRATADA não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado;

c) quando a CONTRATADA solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;

d) cometimento de irregularidade grave no cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos, suficiente a ponto da CONTRATANTE ter que promover a execução do objeto contratado, através da contratação de terceiros.

e) atraso injustificado na execução do objeto.

f) paralisação na execução do objeto contratado, sem justa causa, e prévia comunicação à CONTRATANTE.

g) subcontratação total ou parcial da execução do objeto contratado.

h) associação do contratado com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do objeto contratado.

i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como de seus superiores.

j) cometimento reiterado de faltas na execução do objeto ora contratado.

k) decretação de falência, pedido de concordata ou instauração de insolvência civil da CONTRATADA.

l) dissolução da CONTRATADA.

m) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da Administração Pública, prejudique a execução deste contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

7.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado será formalizado em processo próprio e comunicada por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

7.3. No caso de se tornar desconhecido o endereço da CONTRATADA, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

7.4. A rescisão contratual também se operará nos seguintes casos:

a) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE, devidamente deduzidas em processo administrativo regularmente instaurado.

b) Supressão, unilateral por parte da CONTRATANTE, dos quantitativos dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93.

c) Suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

d) Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, decorrentes de fornecimentos de materiais, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

e) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

f) Descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999.

7.5. A rescisão deste contrato poderá ser:

a) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

b) Judicial, nos termos da legislação processual, vigente à época da rescisão contratual.

7.6. Nos casos de rescisão administrativa ou amigável, haverá precedência de autorização escrita e fundamentada da CONTRATANTE.

7.7. No caso de rescisão do contrato com fundamento em razões descritas nas alíneas "a" a "d" do item 7.4, será a CONTRATADA ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo, ainda, direito a pagamentos devidos pela execução do objeto contratado até a data da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA - Das Penalidades

8.1. O não cumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes sanções, independentemente de outras previstas em lei:

a) Advertência por escrito.

b) Multa de 10 % (dez) sobre o valor empenhado, limitado este a 10 (dez) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

c) No caso de inexecução do contrato, a CONTRATADA será:

c.1) Suspensa temporária de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração por 02 (dois) anos.

c.2) Declarada de inidonea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

d) As sanções previstas nos itens acima mencionados admitem defesa prévia do interessado no respectivo processo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com exceção da pena de declaração de inidoneidade, hipótese em que é facultada a defesa no prazo de 10 (dez) dias da abertura da vista.

e) As penalidades acima previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

f) As multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da CONTRATANTE no prazo de 5 (cinco) dias corridos a contar da data da notificação, podendo o seu valor ser descontado do documento de cobrança, na ocasião de seu pagamento.

g) As multas, quando não recolhidas ou descontadas no prazo descrito no item anterior deste contrato sofrerão reajuste pelo Índice Geral dos Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV).

h) Além das multas estabelecidas, a CONTRATANTE poderá recusar os materiais, se a sua apresentação não estiver de acordo com o exigido na descrição do objeto deste contrato e não for corrigida imediatamente.

i) A ocorrência ensejadora da recusa em aceitar o objeto contratado pela CONTRATADA, pode constituir motivo para aplicação do disposto nas alíneas "a" e "c" do presente item.



CLAUSULA NONA – Da Fiscalização

9.1. Cabe a Secretaria requisitante fiscalizar rotineiramente o objeto da presente Ata, quanto à quantidade, qualidade e modo de fornecimento e/ou execução.

9.2. Os fiscais da secretaria requisitante estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o produto que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que esteja sendo entregue inadequadamente ou que não atinja a finalidade que se destina.

9.3. As irregularidades constatadas pela secretaria requisitante deverão ser comunicadas a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos - SMPOP, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades previstas.

CLAUSULA DÉCIMA – Dos Casos Fortuitos Ou De Força Maior

10.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a execução do objeto contratado:

- a) greve geral;
- b) calamidade pública;
- c) interrupção dos meios de transporte;
- d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

10.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela CONTRATADA.

10.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a secretaria requisitante, até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Alterações Contratuais

11.1. Este contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações. Tais alterações serão celebradas mediante termo aditivo.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Dos Casos Omissos

12.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos - SMPOP, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1. Fica eleito o foro da comarca de São Borja do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas abaixo, para que produza seus efeitos jurídicos.

São Borja, xx de xxxxxx de 2022

EDUARDO BONOTTO
PREFEITO
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHA

NOME:

CPF:

ASSINATURA:

TESTEMUNHA

NOME:

CPF:

ASSINATURA:

...